



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – TÉCNICO LEGISLATIVO

### RECURSOS (questões 48, 49 e 53): DIREITO ADMINISTRATIVO

695550-PG14

NATHALIA CARVALHO AMARAL

48. Ana Maria é brasileira, tem 17 anos de idade e terminou o ensino médio. Não está quite com a justiça eleitoral, pois não votou na última eleição nem justificou sua ausência, tampouco pagou a pena de multa. Contudo, está em pleno gozo de seus direitos políticos. Ela pretende prestar concurso no Distrito Federal, que exige como grau mínimo de escolaridade o ensino médio e, para tal cargo, encontra-se apta física e mentalmente. Em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, considerando apenas os requisitos básicos, Ana Maria

- (A) não poderia ser investida no cargo público, apenas porque não está quite com a justiça eleitoral, ressaltando-se que a idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos.
- (B) não poderia ser investida no cargo público, pois não atingiu a idade mínima de 21 anos, tampouco está quite com a justiça eleitoral.
- (C) não poderia ser investida no cargo público, pois não atingiu a idade mínima de 18 anos, tampouco está quite com a justiça eleitoral.
- (D) não poderia ser investida no cargo público, apenas porque não atingiu a idade mínima de 18 anos, ressaltando-se que, apesar de não estar quite com a justiça eleitoral, está em pleno gozo de seus direitos políticos.
- (E) poderia ser investida no cargo público, pois atendeu a todas essas condições fundamentais, ressaltando-se que a idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos e que, apesar de não estar quite com a justiça eleitoral, está em pleno gozo de seus direitos políticos.

49. Cinira, servidora pública, é casada com Rodolfo, que participou como perito no processo administrativo em que figura como parte Marinalda, que é casada com Bruno. Bruno bateu no carro de Cinira e, por essa razão, ela propôs uma ação em face dele requerendo indenização. Essa ação de indenização ainda não foi julgada pelo juiz de primeiro grau. Diante dessa situação, no processo em que figura como parte Marinalda, em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, Cinira

A questão deve ser anulada, pois está com a redação equivocada, gerando dúvida aos candidatos. A resposta correta foi a letra C, no sentido de que Ana Maria não tinha, além da idade de 18 anos, a quitação com a Justiça Eleitoral para a ocupação de cargo público.

No entanto, Constituição Federal de 1988, em seu art. 14, §1º, incisos I e II, alínea c, disciplina que o alistamento eleitoral e o voto são **obrigatórios** para os **maiores** de 18 anos, sendo **facultativos** para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Logo, em razão da equivocada redação da questão ela deve ser ANULADA.



(E) ~~poderá ser investida no cargo público, pois atendeu a todas essas condições fundamentais, ressaltando-se que a idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos e que, apesar de não estar quite com a justiça eleitoral, está em pleno gozo de seus direitos políticos.~~

49. Cinira, servidora pública, é casada com Rodolfo, que participou como perito no processo administrativo em que figura como parte Marinalda, que é casada com Bruno. Bruno bateu no carro de Cinira e, por essa razão, ela propôs uma ação em face dele requerendo indenização. Essa ação de indenização ainda não foi julgada pelo juiz de primeiro grau. Diante dessa situação, no processo em que figura como parte Marinalda, em conformidade com a Lei Federal nº 9.784/1999, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, Cinira

(A) é impedida de atuar, pois seu cônjuge Rodolfo participou como perito no processo administrativo, bem como porque está litigando judicialmente com Bruno.

(B) é impedida de atuar, porque está litigando judicialmente com Bruno, não sendo relevante a participação de seu cônjuge Rodolfo como perito.

(C) não é impedida de atuar, pois nem o fato de seu cônjuge Rodolfo ter participado como perito no processo administrativo, tampouco o fato de estar litigando judicialmente com Bruno são impeditivos para tal atuação.

(D) não é impedida de atuar pelo fato de estar litigando judicialmente com Bruno, porém o fato de seu cônjuge Rodolfo ter participado como perito no processo administrativo a impede de tal atuação.

(E) não é impedida de atuar pelo fato de seu cônjuge Rodolfo ter participado como perito no processo administrativo, porém o fato de estar litigando judicialmente com Bruno a impede de tal atuação.

50. Donatello, autoridade competente, exigiu a prestação de garantia em um determinado...

A questão deve ser ANULADA, pois o comando da questão faz referência à legislação errada sobre o processo administrativo, gerando dúvida ao candidato em qual Lei se basear para fazer a questão. Diz o enunciado que a Lei Federal nº 9.784/1999, regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, como afirma a referida questão na seguinte frase: “... em conformidade com a Lei Federal no 9.784/1999, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal...” No entanto, a lei que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal é a Lei Complementar Distrital nº 769/2008.

Assim, a questão deve ser anulada.



(C) a partir do momento em que foi verificada a condição de incapacidade mediante exame médico-pericial do órgão competente, sendo seus proventos integrais.

(D) a partir da data da publicação do respectivo ato, sendo seus proventos integrais.

(E) a partir da data da publicação do respectivo ato, sendo seus proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

53. Carolina e Pedro são pais de João de 16 anos de idade, que não é emancipado, e de Ivan de 30 anos de idade. Ivan casou-se com Aritana e dessa união adveio o filho Arthur de 5 anos de idade. Ivan é funcionário público em Brasília e beneficiário do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. Em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, são beneficiários do referido Regime, na condição de dependentes de Ivan,

(A) Carolina, Pedro e Arthur, apenas.  
(B) Arthur, apenas.  
(C) Carolina, Pedro, João, Aritana e Arthur.  
(D) Carolina, Pedro, Aritana e Arthur, apenas.  
(E) Aritana e Arthur, apenas.

54. Com relação aos recursos administrativos, considere:

I. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

II. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias, o encaminhará à autoridade superior.

III. Salvo disposição legal específica, é de 10 dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da

Na questão 53 o gabarito preliminar da banca foi a letra C, com o fundamento no art. 12, da LC nº 769/2018. Vejamos.

**Art. 12.** São beneficiários do RPPS/DF, na condição de dependente do segurado:

I – (VETADO);

II – os pais;

III – o irmão não-emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

IV – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido. *(Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 818, de 2009.)*

No entanto, a banca descuidou de observar o parágrafo 2º do mesmo dispositivo legal. Veja:

§ 2º A existência de dependente indicado no inciso IV exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos I a III. *(Parágrafo com a redação da Lei Complementar nº 840, de 2011.)*

Logo, sendo dependente o cônjuge e o filho, não perderiam essa qualidade os pais e os irmãos.

Assim, a resposta correta deve ser a letra E, sendo dependentes a esposa Aritana e seu filho

Arthur.

## Gustavo Scatolino



Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e Procurador do Estado do Espírito Santo.

[Gran Cursos Online](#)